

## ANÁLISE DO POTENCIAL TURÍSTICO DO DISTRITO DE ITAITU (JACOBINA-BA) E SEUS REFLEXOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

*Joseane Gomes de Araújo<sup>1</sup>  
Manuela Ribeiro Costa Santos<sup>2</sup>  
Taise Carvalho de Oliveira<sup>3</sup>  
Thaise Pereira P. Souza<sup>4</sup>*

### RESUMO

O Distrito de Itaitu caracteriza-se pela existência de expressivas belezas naturais. Este estudo torna-se importante para investigar a utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento de atividades turísticas e as implicações na sociedade local. Assim, esta pesquisa objetivou diagnosticar potencialidades turísticas do Distrito destacando de que forma essas características poderiam proporcionar benefícios à localidade a partir da implantação do turismo e seus reflexos para o desenvolvimento local. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e levantamento de dados a partir da aplicação de formulários e questionários divididos entre a comunidade local e alguns agentes propulsores do turismo na cidade de Jacobina-BA. Constatou-se que o turismo existe no Distrito, mesmo que em pequena escala, mas há tendência ao crescimento, no entanto, faz-se necessário a implantação de um planejamento estratégico para possibilitar o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Turismo; Planejamento; Desenvolvimento Local.

## ANALYSIS OF POTENTIAL TOURISTIC OF ITAITU'S (JACOBINA\_BA) DISTRICT AND ITS REFLEX FOR LOCAL DEVELOPMENT

### ABSTRACT

The District Itaitu characterized by the existence of significant natural beauty. This study becomes important to investigate the use of natural resources for the development of tourism activities and their implications in the local society. Thus, this research aimed to diagnose tourism potential of the District highlighting how these features could provide benefits to the city from the implementation of tourism and its impact on local development. Thus, we conducted literature searches and data collection from the application forms and questionnaires divided between the local community and some propellants tourism in the city of Jacobina, Bahia. It was found that tourism exists in the District, even if on a small scale, but there is a tendency to growth, however, it is necessary to implement a strategic plan to enable local development.

**Keywords:** Tourism; Planning; Local Development.

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, professora na Universidade do Estado da Bahia, campus IV. Endereço eletrônico: jgajujuba@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Endereço eletrônico: manu\_ribeiro17@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Endereço eletrônico: taise7@hotmail.com.

<sup>4</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Endereço eletrônico: thaypps@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

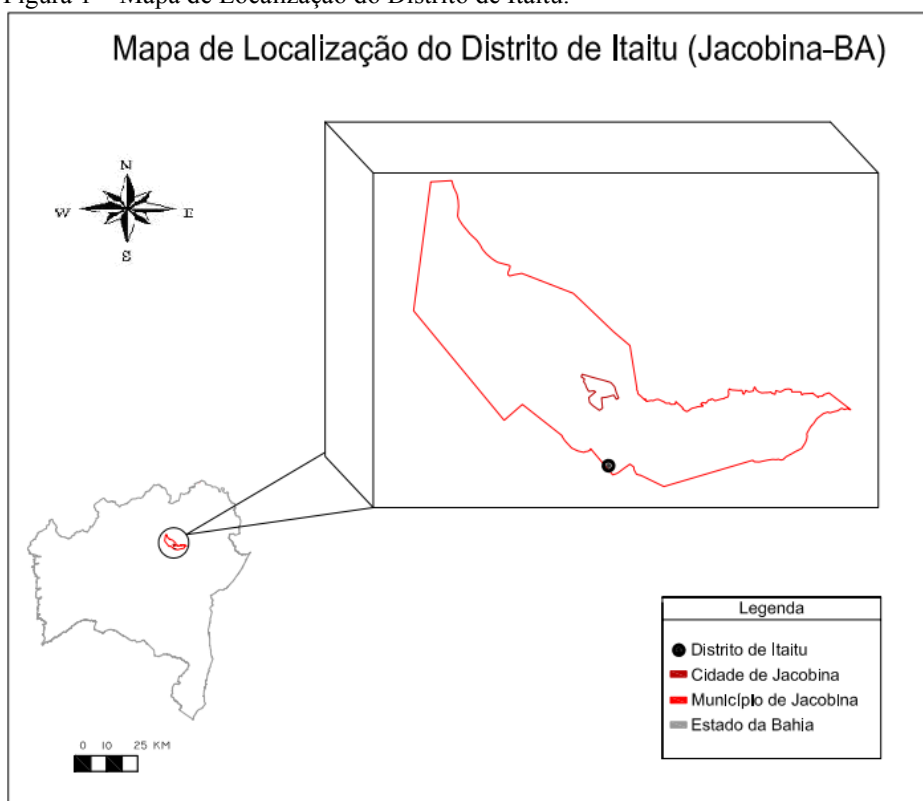
O turismo é uma atividade hodierna, teve seu início no Brasil em meados do século XX. Seu desenvolvimento é, muitas vezes, acompanhado por transformações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais. Todas essas ambiências precisam ser consideradas no processo de efetivação da atividade turística, tendo em vista a preocupação coletiva.

Desse modo põe-se em foco a discussão da sustentabilidade no turismo, isto é, como seria esse desenvolvimento com interesses econômicos e ao mesmo tempo atrelado à preocupação ambiental. Esse “embate” torna-se mais intenso ao pensar no consumismo gerado por essa atividade que tem como principal característica a construção e reconstrução do espaço para atrair maior número de turistas. É nesse sentido que os espaços passam a ser utilizados como mercadoria de venda e troca.

Para desenvolver uma discussão mais aprofundada sobre esta temática, recorreu-se a diversos autores, tais como Buarque (1999) que trata sobre o desenvolvimento local como um processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população, além de trazer importantes contribuições à noção de planejamento. Quanto ao conceito do turismo recorreremos à Coleção Turismo, que traz muitas discussões sobre os possíveis benefícios e malefícios da atividade. Baseamo-nos, também, nas ideias de Ruschmann (2003) sobre a importância do planejamento para o desenvolvimento do turismo.

Em meio a estas discussões encontra-se o Distrito de Itaitu (Figura 1), um lugar constituído por expressivas riquezas naturais, localizado à aproximadamente 30 km da cidade de Jacobina e cerca de 315 km de Salvador com latitude 11° 20' 23" S e longitude 40° 29' 38" W, no norte do Estado da Bahia, pertencente ao município de Jacobina. Por se tratar de um lugar rico em seus aspectos naturais merece atenção quanto ao desenvolvimento do turismo, atividade que ainda se encontra incipiente na região em decorrência da precariedade na infraestrutura e ausência de políticas que organize e direcione o turismo no Distrito supracitado.

Figura 1 – Mapa de Localização do Distrito de Itaitu.



Fonte: Elaboração Manuela Santos, 2012.

Tendo em vista que a maior parte da população do Distrito de Itaitu é de baixa renda, o turismo apresenta-se como uma possibilidade, assim como uma importante atividade para seu desenvolvimento, visto que seu potencial turístico é expressivo. É importante ressaltar que o desenvolvimento local não está exclusivamente relacionado ao crescimento econômico, mas também à qualidade de vida dos moradores.

## REVISÃO TEÓRICA

### Atividade Turística e Planejamento

Até recentemente o turismo era uma atividade destinada a pessoas que possuíam um elevado poder aquisitivo para interromper a rotina do trabalho e superar os malefícios do stress acentuados pelos ritmos intensos do dia a dia (SIMÕES, 2012, p. 72).

Atualmente, o turismo atrai pessoas de diversos padrões econômicos e constitui parte integrante no estilo de vida de muitas pessoas em todo o mundo. Em virtude do aumento significativo no fluxo de pessoas nesses espaços naturais, a atividade turística precisa ser

praticada de forma equilibrada e sustentável, já que é a matéria-prima para esse tipo de atividade.

O turismo deve ser visto como uma atividade geradora de renda, empregos e benefícios para a comunidade local e apoio às iniciativas que visam à utilização dos recursos naturais de forma menos agressiva. Por se tratar de ambientes que possuem uma dinâmica diferenciada, faz-se necessário a utilização do planejamento turístico como ferramenta fundamental e indispensável para equilibrar e “[...] ordenar as ações do homem sobre o território” (RUSCHMANN, 2001, p. 9) buscando o uso de forma racional das áreas naturais através de estratégias de desenvolvimento turístico sustentável.

Partindo da perspectiva de que o turismo é um fenômeno social e que no seu planejamento devem conter estudos relacionados à comunidade, faz-se necessário uma análise dos valores e das manifestações populares, a fim de buscar uma participação efetiva dessa comunidade no desenvolvimento dos objetivos propostos no plano de turismo. Nessa perspectiva Petrocchi (2000, p. 69) afirma que:

O planejamento deve envolver toda a comunidade do núcleo turístico; a participação das pessoas do local é imprescindível para o desenvolvimento do turismo, pois significa a conscientização da população para a importância dessa atividade. Sem a participação e o firme engajamento da comunidade, não há como pensar em crescimento do turismo.

O maior objetivo de um planejamento da atividade turística é a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade local, levando em conta a proteção do patrimônio natural e a consolidação da identidade cultural. É válido notar que os benefícios do turismo para a comunidade não terminam na fase do planejamento, esta é apenas a primeira iniciativa. Para isso, é necessário que haja compromisso e cooperação tanto da comunidade quanto do setor público e privado.

### **Implicações Decorrentes do Desenvolvimento do Turismo**

O turismo, além de ter sua importância comprovada no âmbito econômico, está entre os principais causadores de modificações dos padrões sociais e naturais dos destinos turísticos. Essas transformações resultam do crescimento das atividades originadas a partir do fluxo de turistas e da implantação de infraestrutura para atendê-los. Como é ressaltado a seguir:

A maioria dos estudos na área de turismo demonstra a existência de impactos econômicos, socioculturais e ambientais nos destinos turísticos. Tais impactos têm origem no processo de mudança por que passam os destinos turísticos receptores, na medida em que um conjunto de ações e intervenções é realizado, interferindo diretamente, de forma positiva ou negativa, na comunidade residente e no meio ambiente natural e cultural [...] (GARRIDO; MENDONÇA JÚNIOR; VASCONCELOS, 2000, p. 37).

Para que haja predominância de efeitos benéficos em determinada localidade deve-se contar com a ação integrada dos entes federativos (poder público e privado) e comunidade, cabendo ao Estado o papel de principal regulador das formas de organização e desenvolvimento do turismo. Caso o Estado não desempenhe sua função de modo responsável, as localidades correm riscos de apresentar um efeito contrário ao desejado.

Segundo o Referencial do Turismo no Brasil 2011/2014:

[...] os novos destinos serão beneficiados somente se o Turismo for baseado numa gestão responsável, que busque o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais. Sem isso, a atividade torna-se vulnerável e suscetível aos problemas de degradação, massificação e fragmentação que, em última instância, significam a sua autodestruição. A gestão responsável deverá, também, reproduzir impactos positivos no que se refere ao Turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias: (i) pela produção, com a criação de novos postos de trabalho, e consequente ampliação da renda; (ii) e pelo consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores no mercado turístico (p. 27).

Nesse viés, é notório que o turismo desprovido de planejamento e, portanto, de uma participação direta do setor público e demais instâncias, pode acarretar transformações de ordem negativa nos destinos turísticos quer sejam eles culturais, sociais e/ou ambientais. Os problemas causados pelo turismo estão diretamente ligados à existência ou não do planejamento, mas a ele não se restringe, pois essas alterações negativas devem-se também à falta de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável, desencadeando problemas consideráveis no meio físico e social das comunidades receptoras.

Dentre os processos de alterações negativas destaca-se a questão ambiental. Sobre este fator Ruschmann (2001) aponta que as principais alterações são as poluições do ar, da água e sonora em áreas naturais e destinação inadequada dos resíduos sólidos. Essas questões contribuem efetivamente na perda da qualidade do meio ambiente e podem comprometer diretamente na redução do bem-estar dos moradores locais. A especulação imobiliária é, também, uma resultante que causa transtornos à população das destinações turísticas, em decorrência da elevação dos preços dos terrenos e casas.

Além dessas implicações, o turismo é muitas vezes responsável pela descaracterização do meio sociocultural. A constante interação entre as diversas culturas pode deixar influências na localidade turística, os moradores acabam absorvendo significados que diferem das vivenciadas na comunidade. Neste processo, às comunidades adquirem novos hábitos e costumes, antes alheios a sua vivência, podendo causar no decorrer do tempo à perda de suas características socioculturais naturais.

No entanto, há de se considerar que a chegada do turismo pode ser muito positiva às localidades, visto que a presença de turistas acaba por pressionar as autoridades locais a adotar medidas de planejamento em virtude de o ambiente natural ser a principal fonte de recursos do turismo.

Os benefícios decorrentes do desenvolvimento do turismo não se limitam à criação de medidas de proteção ambiental. Ruschmann (2001) destaca que a atividade pode ser positiva no que se refere à cultura das localidades, pois pode proporcionar a valorização do artesanato,

funcionando como possibilidade de geração de renda; valorização da herança cultural, as tradições locais passam a ser motivo de orgulho da comunidade; valorização do patrimônio histórico, que reforça a importância da cultura local.

Além disso, a atividade turística pode proporcionar uma considerada elevação na oferta de empregos diretos e indiretos, possibilitando à comunidade maior inserção e integração com o desenvolvimento local. Essas ações, aliadas à implantação da infraestrutura física e social planejadas são extremamente importantes para a predominância da qualidade de vida dos moradores.

De acordo com o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 deve haver um processo de articulação permanente entre o setor público e o investidor privado.

Particularmente no que se refere aos investimentos em infra-estrutura, estes devem se concentrar em três eixos relacionados à infra-estrutura logística (construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); à infra-estrutura energética [...] e à infra-estrutura social urbana (saneamento, eletrificação, habitação [...]) (p. 13).

Além desses fatores considera-se necessária também uma infraestrutura voltada para as necessidades da sociedade local como o investimento na capacitação dos moradores no que se refere ao desenvolvimento do turismo, possibilitando uma preparação destes, evitando que se tornem agentes excluídos desse processo. Além disso:

Para que haja demanda, é necessário que a localidade esteja preparada para oferecer aos visitantes mais do que atrativos. É preciso oferecer condições para que o turista permaneça pelo tempo escolhido e usufrua de uma boa infra-estrutura, com serviços de qualidade (BARROS; SILVA, 2008, p. 7).

A partir dessa perspectiva, é importante considerar a atuação de todas as instâncias políticas e sociais quando se pretende implantar um turismo marcado por seus efeitos positivos, voltado não apenas para o crescimento econômico, mas também para a relação harmônica entre indivíduo e meio ambiente.

O desenvolvimento de qualquer atividade, em especial o turismo, que se oponha ao exposto, está marcado a não perdurar por muito tempo, já que:

O turismo, fenômeno social que é considerado hoje como a força econômica que trará melhores condições de vida, através das muitas atividades que propicia, deverá considerar em sua intensa ação os princípios antes mencionados. Sem uma nova postura ética ante o meio ambiente social, sua vitalidade sofrerá sérios problemas de esgotamento (LEMOS, 1999, p. 11).

Assim, percebe-se que o turismo tem uma parcela de contribuição muito ampla tanto no que se refere aos aspectos positivos quanto aos aspectos negativos no meio físico e social das localidades. Cabe aos protagonistas dessa história, já mencionados, buscar apreender a maior quantidade de benefícios possíveis que a atividade pode oferecer, evitando a presença de situações indesejadas.

Além de todas as outras implicações, as alterações negativas podem acarretar grande perda nos negócios, pois não interessam aos turistas visitar áreas degradadas, afetando assim a

viabilidade das próprias atrações turísticas. Vê-se desse modo que para a sociedade capitalista não é viável se opor ao desenvolvimento do turismo focado nas preocupações socioambientais, evitando que se obtenha um efeito contrário do que é esperado economicamente a partir do turismo.

## **Desenvolvimento Local e Turismo**

O desenvolvimento local é uma perspectiva contemporânea, conceito que surge e vem ganhando relevância a partir da década de 1980, no Brasil tornou-se tendência em meados do final dos anos 1990, fortalecida através do movimento municipalista o qual coincidiu com a nova constituição de 1988. Esse modelo de desenvolvimento baseia-se muito além de critérios econômicos, valoriza o social e a participação dos indivíduos nesse processo. De acordo com a definição de Buarque (1999, p.9):

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O termo está relacionado às iniciativas que conseguem mobilizar a coletividade em torno de um projeto vinculado às potencialidades locais, além de preocupar-se com questões ambientais visando à sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que dependem do recurso para impulsioná-lo, respeitando assim as gerações atuais e futuras. O social tem total relevância, por isso, é preciso cuidar para que o desenvolvimento humano seja efetivado e não seja desvinculado das necessidades locais, e isso só é possível mediante a gestão dos recursos de forma participativa e integrada.

Como destaca Simões (2012, p. 82):

O desenvolvimento do turismo só é possível num quadro de melhoria das acessibilidades, de aproveitamento integrado e valorização dos recursos endógenos, de dinamização e modernização da base econômica [...] das condições e de bem-estar da população e, naturalmente, de fortalecimento, das relações inter-regionais.

É nesse sentido que o turismo é visto por muitos estudiosos como uma alternativa viável, se opondo ao modelo de turismo global, fenômeno que reproduz as características do sistema vigente, sendo este excludente e contraditório. O turismo, nessa lógica do capital se apropria dos espaços e dos recursos naturais e até mesmo da cultura, e as transformam em produto servindo de atrativos para o turista.

A inserção de uma localidade no circuito turístico com preocupação local pode contribuir para a geração de renda e inclusão de membros da localidade no mercado de

trabalho, colaborando para diminuir a exclusão, afastando-os de riscos sociais, refletindo assim, em melhoria nas condições de vida. O foco na qualidade de vida da população deve-se ao reconhecimento de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, como era considerado até a década de 1970, justamente por evidenciar uma desproporcionalidade entre crescimento na economia sem melhorias efetivas nas condições sociais.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2009), a Bahia apresentava em 2009 o 6º maior Produto Interno Bruto (PIB), contudo, dados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008), revelam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Bahia, ocupava a 19ª colocação do país. Tomando como referência a posição de tais indicadores, observa-se que a relação entre o índice econômico do Estado e o desenvolvimento humano de sua população, apresenta uma discrepância relevante.

Assim como desfrutar de boa saúde significa bem mais do que ter acesso a serviços médicos e remédios em casos de urgência, o conceito de desenvolvimento implica muito mais do que crescimento econômico. A idéia de desenvolvimento implica por exemplo, acesso à educação formal, acesso a oportunidades de formação e especialização profissional, acesso a lazer e vida comunitária, direito a um meio ambiente o menos degradado possível, em acesso a moradia digna, construção da cidadania etc. Em resumo, desenvolvimento representa antes de mais nada acesso à oportunidade de crescimento e realização pessoal (BROSE, 2000, p. 50).

Nesse sentido, o termo desenvolvimento não pode ser confundido com o crescimento econômico, uma vez que este segundo, é medido por meio do PIB (Produto Interno Bruto) ou PNB (Produto Nacional Bruto), que não se apresenta adequado como medida representativa da realidade social, pois não atende as diferentes dimensões.

Segundo Garrido, Mendonça Júnior e Vasconcelos (2000), outra questão imprescindível nas discussões sobre desenvolvimento local, refere-se ao exercício de cidadania, que torna-se possível promover, através da inclusão dos habitantes da localidade da oferta turística, nas ações desde o planejamento até a execução das atividades. Para os autores, com a participação efetiva do cidadão, torna-se mais fácil acertar nas escolhas que sejam mais favoráveis e atendam melhor as necessidades e prioridades da população.

O aprimoramento da cidadania tem sido outra questão frequentemente presente na pauta de discussões sobre o desenvolvimento local. Não é mais possível imaginar que as soluções dos problemas de uma determinada região sejam 'magicamente' administradas sem a contribuição dos agentes locais. A participação efetiva do cidadão, através das organizações locais, sejam públicas, privadas ou sociais, favorecerá a escolha de um modelo de desenvolvimento mais adequado, tanto do ponto de vista sócio-econômico quanto ambiental (GARRIDO; MENDONÇA JÚNIOR; VASCONCELOS, 2000, p. 26).

Desse modo, resgata-se o ser cidadão ativo e estabelece uma relação recíproca onde o indivíduo não somente oferece sua força de trabalho, mas também usufrui de forma digna os benefícios sociais resultante desse esforço. O foco está em suprir as necessidades humanas, não as considerando uma meta a ser atingida no auge do processo, mas sendo estas atendidas e garantidas desde o principio e durante todo esse processo (RODRIGUES, 1999).



É importante considerar também que cada localidade tem as suas especificidades, logo implicará em dinâmicas de desenvolvimento diferentes a depender do seu contexto local do lugar em questão, da articulação entre os atores e da “[...] capacidade de iniciativa e de elaboração de propostas socioeconômicas que capitalizem as potencialidades locais” (SAAD, 2006, p. 86), não se tratando de uma sequência de procedimentos prontos e acabados a serem indiscutivelmente seguidos em etapas.

Torna-se imprescindível, portanto, que os gestores considerem que a forma de composição do desenvolvimento varia de região ou de local para local e depende de variáveis como estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevalentes nos respectivos espaços territoriais (SAAD, 2006, p. 100).

Assim, o estado de desenvolvimento de determinado local será relativo, e diferente a depender do seu contexto. Para tanto, é necessário que a comunidade esteja preparada para recebê-lo, com um espaço político e social favorável para que as transformações aconteçam. Essa preparação pode ser expressa através da mobilização e convergência das ações desses atores sociais, estando articulados em torno de um projeto e alicerçados nas prioridades de toda coletividade.

É importante frisar que não existem metodologias de desenvolvimento local, muito menos metodologias que sejam participativas. O desenvolvimento local surge do fortalecimento da cidadania, do sucesso econômico do empreendedorismo, de produtos competitivos, do uso sustentável de recursos naturais, da pluralidade institucional, do poder de compra dos consumidores, de preços adequados, da integração de iniciativa públicas, da ênfase na reciclagem, da disponibilidade de recursos financeiros, do *know how* e tecnologia, de um mercado consumidor compatível e de diversos outros fatores. E, principalmente, de decisões políticas das lideranças da comunidade e dos atores sociais envolvidos (BROSE, 2000, p. 55).

Esse caráter endógeno do desenvolvimento pode possibilitar uma dinâmica socioeconômica no espaço local, a qual viabilizará oportunidades para a população que poderá refletir na melhoria nas condições de vida dos moradores da localidade, “[...] isso decorre não do uso de uma metodologia específica, mas de decisões políticas e gerenciais tomadas pelos atores sociais” (BROSE, 2000, p. 55).

Dessa realidade, emergem desafios aos agentes envolvidos para a concretização do turismo, uma vez que estes agentes apresentam importância fundamental no que se refere aos investimentos e/ou financiamentos para o desenvolvimento, pois são essas ações que poderão tornar viáveis a implantação de empreendimentos, ofertas de serviços com a qualidade devida, infraestrutura, facilidades, capacitação profissional e também gestão dos recursos.

## **O Turismo no Distrito de Itaitu**

A atividade turística, ao longo, dos tempos vem registrando sua importância nas diferentes dimensões. Reconhecendo a relevância dessa atividade e sua capacidade de gerar emprego, renda e melhorias da qualidade de vida, o turismo é, então, apresentado como uma possibilidade para o desenvolvimento local no Distrito de Itaitu. A localidade possui

potencialidades diversas para a atividade turística, principalmente em função de suas peculiaridades histórico-culturais e sua potencialidade de recursos naturais.

Atualmente a atividade turística passa por um momento de valorização e tem sido tema de diversas discussões nos três níveis de esferas governamentais. Apesar dessa notória expressividade do turismo, o planejamento desta atividade não tem sido efetivo ou ainda é desempenhado de forma fragmentada.

As riquezas naturais do Distrito de Itaitu, caracterizada principalmente por belas cachoeiras naturais (Figuras 2, 3, 4 e 5), sempre foi motivo de interesse de visitação por parte de muitos moradores das cidades circunvizinhas. Mas, o turismo só começou a ser reconhecidamente desenvolvido há cerca de oito anos, quando as belezas do Distrito ganharam notoriedade em outras regiões do País.

Considerando a incipiência do turismo, ainda recente, e a grande potencialidade que o Distrito oferece, é importante que se promovam ações para o desenvolvimento do turismo sustentável. A localidade já apresenta algumas transformações desde que foi formada, mas essas modificações ainda não são totalmente decorrentes do turismo, se devem, em parte, ao processo de desenvolvimento a partir das necessidades dos indivíduos que ali vivem, como a alteração estética de algumas casas, utilização de paralelepípedos em alguns trechos antes marcados pelo chão batido, além do aumento do número de residências.

O Distrito de Itaitu possui 43 cachoeiras, mas muitas são de difícil acesso e por isso as mais visitadas são aquelas que possuem trilha com grau de dificuldade baixo e/ou moderado. Dessa forma, cerca de seis cachoeiras se destacam: Piancó, Véu de Noiva, Arapongas, Talhadeira, Serpente e das Flores. A seguir estão destacadas algumas delas.

Figura 2 – Cachoeira Piancó



Foto: Manuela Ribeiro, 2011.

Figura 3 – Cachoeira Véu de Noiva



Foto: Manuela Ribeiro, 2011.

Figura 4 – Cachoeira Esplendor do Sol



Foto: Projeto Trilha das Cachoeiras, 2004.

Figura 5 – Cachoeira da Serpente



Foto: Projeto Trilha das Cachoeiras, 2004.

## **METODOLOGIA**

Para investigar as possíveis alterações que o Distrito de Itaitu poderá sofrer caso o desenvolvimento do turismo ocorra sem a efetivação do planejamento, bem como, para analisar o potencial turístico do Distrito de Itaitu a pesquisa foi dividida em três etapas.

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os conceitos-chave desta pesquisa – turismo, planejamento do turismo, e desenvolvimento local – para auxiliar nas discussões que foram realizadas sobre a temática no decorrer de todo o trabalho.

A segunda etapa constituiu-se no reconhecimento da área de estudo e no levantamento de dados qualitativos e quantitativos colhidos a partir da aplicação de 148 formulários e 87 questionários, sendo que 225 destes, que correspondem a 10% da população, foram dirigidos para a comunidade local por amostragem probabilística simples no período de novembro/2011 a janeiro/2012. Os demais formulários foram aplicados a alguns agentes do meio urbano do município de Jacobina, como guias de turismo e indivíduos que atuam na área de Planejamento, Turismo e Agricultura da Prefeitura Municipal de Jacobina. Com esta opção, foi possível analisar de que forma o turismo contribuiu e ainda contribui para o desenvolvimento do Distrito e quais as relações que os agentes enumerados estabelecem entre si e com os recursos naturais da região de Itaitu.

A terceira etapa foi a de análise dos resultados gerados com os levantamentos realizados, a partir da revisão bibliográfica e dos indicadores sociais coletados no decorrer da pesquisa. Neste momento, objetivou-se responder as indagações a respeito da atividade turística no Distrito de Itaitu em que destacamos a necessidade do turismo de forma planejada para o desenvolvimento local e conseqüentemente para a qualidade de vida dos moradores.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente buscou-se saber a opinião dos moradores do Distrito de Itaitu sobre uma possível implantação do turismo de modo mais complexo e planejado. Conforme a tabela 1 a maior parte da população pesquisada gostaria que o turismo se desenvolvesse em Itaitu, pois, além de outros benefícios, a atividade proporcionaria mais uma alternativa de geração de renda. Uma pequena parcela posicionou-se contra a implantação da atividade (5%) e quando questionados pela sua posição, destacaram que temem os impactos ambientais ocasionados pelo aumento do fluxo de turistas, principalmente no que se refere ao lixo deixado no entorno das cachoeiras. Outros afirmaram que não se sentiriam seguros com a constante presença de indivíduos desconhecidos na comunidade. Outros responderam que não tinham uma opinião definida sobre o desenvolvimento do turismo e ainda precisava de maiores conhecimentos sobre o assunto. Este fato evidencia a importância de palestras e cursos que possam esclarecer questões relacionadas a atividade turística com a população.

Tabela 1 – Você gostaria que o turismo se desenvolvesse em Itaitu?

	<b>Números</b>	<b>Percentual</b>
<b>Entrevistados</b>	225	100%
<b>Sim</b>	198	88%
<b>Não</b>	11	5%
<b>Não sei</b>	16	7%

Com base nas entrevistas realizadas na comunidade constatou-se que a maior parte dos moradores obtém a renda através da agricultura - é desse setor que moradores sobrevivem pelo plantio de subsistência e venda de produtos, quando em safras maiores, ou por prestação de serviços - aposentadoria e benefícios do governo federal. Essa realidade faz com que muitos indivíduos migrem para outras regiões em busca de oportunidades de trabalho.

Partindo da premissa de que Itaitu tem como atrativo principal as cachoeiras, a localidade atrai turistas, que na maioria das vezes, vão em busca de um passeio que estabeleça contato direto com a natureza, representando uma alternativa de fuga do cotidiano. Segundo dados obtidos pela Secretaria da Agricultura, Planejamento e Turismo, a média mensal de pessoas que visitam o Distrito é de 200 pessoas, intensificando-se nos meses de agosto a fevereiro, período de aumento da temperatura na região.

A atividade cresceu pouco, visto que há, de certo modo, ausência de investimentos tanto de ordem pública quanto privada. Os relatos dos entrevistados deixam claro a real situação vivenciada pelos moradores: “Aqui não temos apoio dos políticos, vem mais na

época da eleição por causa dos votos” (M. H. L., 03/11/2011). “A prefeitura não participa do desenvolvimento do turismo no Distrito” (E. F. A., 03/11/2011).

Essa falta de apoio é também destacada por outros moradores.

Dizem que falta lugar para o pessoal que vem de fora comer aqui, mas os visitantes geralmente visitam as cachoeiras e já trazem a comida e não deixam nenhum benefício para o distrito. Parte pequena dos turistas consome no distrito. Acho que falta ajuda para divulgação dos restaurantes e mercadinhos daqui e a prefeitura poderia ajudar nesse sentido (M. M., 16/11/2011).

Esta importante atividade econômica produz e utiliza o espaço, conforme estabelece Ruschmann (2001) e seu desenvolvimento envolve muitos fatores – econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais – por isso é necessário que se estabeleçam critérios para utilização dos espaços a partir da existência de um planejamento turístico efetivo. A autora propõe que sendo considerado desta forma, o turismo pode ser um poderoso instrumento para geração de emprego, renda e inclusão social.

O desenvolvimento do turismo sustentável pode proporcionar muitos benefícios ao Distrito de Itaitu, considerando o tripé especificado por Barros; Silva (2008): crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, pois além de funcionar como uma possibilidade de ascensão da economia da comunidade, a atividade implica na criação de medidas de proteção ambiental e criação de planos e programas de manutenção de áreas naturais, atuando de forma harmoniosa e equilibrada.

Procurou-se compreender através dos sujeitos entrevistados quais seriam os benefícios esperados pela população de Itaitu a partir da implantação do turismo de forma regulamentada.

Tabela 2 – Efeitos positivos que o turismo pode gerar no Distrito de Itaitu, segundo os moradores.

<b>Efeitos</b>	<b>Percentual</b>
Emprego	28%
Desenvolvimento do comércio	22%
Asfaltamento da rodovia de acesso	27%
Saneamento	3%
Aumento da renda	18%

Obs.: não foi determinado na entrevista que cada sujeito citasse apenas um efeito

A partir da tabela 2 percebe-se que a população acredita que o turismo pode proporcionar muitos benefícios, principalmente no que diz respeito à questão financeira ao apontar aumento da oferta de emprego, renda e desenvolvimento do comércio como principais efeitos provenientes do turismo.

Os aspectos positivos que a atividade turística possibilita estão diretamente ligados à criação de critérios para a proteção da localidade turística. Dessa forma, Barros e Silva (2008) enfatizam a importância do planejamento a longo prazo, com base em um crescimento econômico e ao mesmo tempo equitativo, com preservação da biodiversidade e respeito entre os turistas e a comunidade.

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Turismo de Jacobina, as possibilidades de trabalho da população aumentariam com o desenvolvimento do turismo, desde que realizado de forma planejada, visando não somente os aspectos econômicos, mas também os aspectos ambientais e sociais. A Secretaria supracitada reconhece que ainda não há um conjunto de ações que viabilizem esse turismo organizado e planejado. Todavia, afirma estar disposta a colaborar na elaboração de políticas públicas para o Distrito de Itaitu a fim de transformá-lo num referencial.

Ruschmann (2001) destaca que os problemas causados pelo turismo estão diretamente ligados à existência ou não de políticas públicas no desenvolvimento da atividade de modo sustentável, desencadeando problemas consideráveis no meio físico e social da comunidade receptora. Nesse sentido, procurou-se compreender através dos sujeitos entrevistados quais seriam suas maiores preocupações em relação ao desenvolvimento do turismo.

Tabela 3 – Efeitos negativos que o turismo pode gerar no Distrito de Itaitu, segundo os moradores

<b>Efeitos</b>	<b>Percentual</b>
Poluição das cachoeiras	51%
Especulação Imobiliária	13%
Alteração das características locais	9%
Falta de segurança	27%

Obs.: não foi determinado na entrevista que cada sujeito citasse apenas um efeito

Com relação aos efeitos negativos provenientes do turismo questionados aos sujeitos da comunidade, percebeu-se maior preocupação com relação à questão ambiental no que se refere a poluição das cachoeiras, seguida da falta de segurança, e especulação imobiliária, sendo que esta última já é relatada como uma situação atual do Distrito em virtude do loteamento de algumas áreas por indivíduos que, em sua maioria, não residem no Distrito, mas utilizam-no principalmente para o lazer.

Essas implicações do turismo são resultantes da ação ou falta dela por parte do poder público e no caso de Itaitu, a ausência da participação do poder público na regulamentação da atividade é notória. De acordo com os resultados das pesquisas feitas na Secretaria de Agricultura de Jacobina, não existem políticas públicas direcionadas ao turismo no Distrito, embora sejam feitas reuniões do CONEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) que auxilia na aplicação das diretrizes deliberadas pela Política Estadual de Meio Ambiente.

O Distrito precisa de melhorias na infraestrutura para que se promova o desenvolvimento do turismo, visto que, embora seja uma localidade que apresenta elevado potencial natural alguns serviços ainda são precários, dificultando o atendimento para um número elevado de turistas. Essa realidade foi relatada pelos entrevistados ao se referirem ao desenvolvimento do turismo na localidade.

Tabela 4 – O que precisa ser implantado e/ou melhorado em Itaitu para o desenvolvimento do turismo?

Possíveis Melhorias	Percentual
Serviço de guarda florestal	10%
Segurança	20%
Serviço de Posto de Saúde	21%
Pousadas	12%
Asfaltamento da via de acesso	24%
Acesso a rede de telefonia móvel	13%

Obs: não foi determinado na entrevista que cada sujeito citasse apenas um efeito

As pesquisas realizadas apontam a ausência de serviços básicos como a saúde e segurança, para a comunidade. Segundo os entrevistados, não existe policiamento e o posto de saúde funciona apenas para pequenos atendimentos em horário comercial, os casos em que exige maior preocupação devem ser encaminhados para a Cidade de Jacobina com o uso de carro próprio, pois não há ambulância na localidade.

Segundo a Coordenação da Secretaria da Agricultura de Jacobina, a iniciativa para buscar melhorias em Itaitu deve partir da comunidade e falta nos moradores maior motivação em chamar a atenção do poder público através de manifestações. Já os nativos do Distrito apontam que se sentem desestimulados em reivindicar maior participação do poder público em decorrência das frustrações referentes às repetidas garantias feitas em gestões anteriores. Os moradores afirmam já ter entrado em contato com a coordenação das Secretarias da Agricultura, Planejamento e Turismo, mas não tiveram êxito com suas manifestações formais.

A maioria da população já está desacreditada com o poder público devido a ambiguidade e defasagem do discurso de desenvolvimento para o Distrito. O fragmentado reconhecimento com o lugar de origem, principalmente por parte da juventude e a pouca identidade coletiva, reforçada pela ausência de oportunidades, enrijece a falta de estímulo para a mobilização em prol de melhoria para o local, além de acreditar que as medidas para dinamizar e oferecer soluções para os problemas sociais do Distrito deve partir dos governantes.

Percebe-se que essas questões são, em parte, responsáveis pela falta de reconhecimento e interesse por parte da população jovem na identificação com o Distrito, no sentido de despertar a valorização de suas potencialidades. Observa-se que a participação da população de Itaitu acontece pontualmente, em ocasiões específicas, e mesmo assim, não são todos que estão engajados em projetos ou ao menos se interessam em saber o que acontece na localidade.

Sem a valorização do lugar pelos moradores e sem as suas participações efetiva o desenvolvimento é comprometido. Por maior esforço que o representante do município faça na tentativa da promoção do desenvolvimento local, sem o engajamento da população, no sentido de tornar-se responsável pelo processo, os resultados não serão satisfatórios, uma vez que este necessita da participação da população e do aproveitamento da sua capacidade.

Mesmo quando decisões externas – de ordem política ou econômica – tenham um papel decisivo na reestruturação sócio-econômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Do contrário, o mais provável é que

as mudanças geradas desde o exterior não se traduzam em efetivo desenvolvimento e não sejam internalizadas na estrutura social, econômico e cultural local ou municipal, desencadeando a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e aumento da qualidade de vida de forma sustentável (BUARQUE, 1999, p.10).

Mesmo com contribuição de recursos externos, a população tem que criar um contexto local político e social favorável para viabilizar ações que transformem a realidade a partir das suas necessidades.

As parcerias interinstitucionais são importantes, mas não são exclusivamente decisões externas que cria ou sustenta o processo de desenvolvimento. Portanto “desenvolvimento local não se cria por decreto” (BROSE, 2000, p.55), não adianta o representante implantar políticas de transformação no Distrito, sem que a sociedade esteja engajada, é necessária uma vontade conjunta dos diferentes atores sociais.

Neste sentido, as Secretarias da Agricultura, Planejamento e Turismo podem contar com o apoio do Governo do Estado, entidades como a ASPAFF, Associação de Guias, Oficinas de Trabalho e Desenvolvimento e, principalmente com a comunidade local, que deve ser um agente ativo neste processo.

Percebe-se que o Distrito ainda encontra-se despreparado para implantar na localidade uma política desenvolvimentista dentro dessa perspectiva de desenvolvimento local, por não dispor de um quadro humano organizado e qualificado para tal. Um dos grandes entraves está justamente em conseguir que os moradores se mobilizem. Para Brose (2000, p. 57):

É inerente ao conceito de desenvolvimento local que exista:

- um potencial de recursos naturais;
- um potencial de capacidade empreendedora de pessoas;
- acesso a informação, conhecimento e novas tecnologias;
- uma permeabilidade no tecido sócio-político que aceite mudanças;
- um mercado que consuma novos produtos com preços que remunerem novos investimentos.

Em relação à regulamentação do Turismo no Distrito, a Coordenação de Turismo do município afirma que o mesmo não ocorre em sua totalidade, todavia alguns projetos foram elaborados em outras gestões como, por exemplo, o Projeto Trilha das Cachoeiras – proposta piloto de gestão sustentável de recursos ecoturísticos em alguns municípios da Chapada Norte – em parceria com as Prefeituras Municipal de Jacobina, Miguel Calmon e Saúde, além do Centro de Referência Cultural da Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo e o Governo do Estado da Bahia.

A proposta do projeto é de promover a Região supracitada a fim de contribuir para seu desenvolvimento a partir do turismo sustentável com a criação de Unidades de Conservação. Dentre os objetivos do Projeto Trilha das Cachoeiras (2004, p. 6) convém destacar:

[...] B) Elaboração do PRUA (Plano de Referência Urbanístico Ambiental do Distrito de Itaitu/Jacobina), onde se localizam os maiores números de atrativos, objetivando o desenvolvimento ordenado;

C) Implantação do Centro de Educação Ambiental de Itaitu, visando dotar o Distrito de Itaitu de um local onde as informações sobre a região possam ser obtidas, as atividades educativas e culturais possam ser realizadas e onde as representações dos



órgãos que trabalham com o patrimônio natural possam desenvolver suas atividades técnicas; [...].

De acordo com este Projeto essas atribuições estavam direcionadas a Secretaria de Turismo e Cultura, mas a Coordenação de Turismo de Jacobina destaca que estas atividades não foram realizadas em gestão anterior e nem estão previstas para serem executadas na gestão atual.

Essa situação de descontinuidade de alguns projetos elaborados em gestões anteriores foi percebida durante as pesquisas realizadas com os moradores locais, como a qualificação dos guias turísticos. A população aponta como necessária, além do planejamento, uma efetiva capacitação da mão-de-obra local. Atualmente, muitos dos jovens que participaram das palestras e dos cursos de guias estão sem trabalhar, vivem de “bicos”, ou ainda sustentados pelos pais.

A iniciativa da Prefeitura de Jacobina possui uma “tímida” preocupação com o turismo na região, no entanto as ações devem ser ampliadas para que se realize um conjunto de ferramentas no desenvolvimento do turismo planejado, como, por exemplo, a criação da APA (Área de Preservação Ambiental) a fim de evitar que o Distrito seja vítima do processo de degradação ambiental. Segundo a Coordenadora da Secretaria de Planejamento e Turismo o projeto da APA já foi criado, mas ainda está em andamento aguardando aprovação na câmara de vereadores.

No entanto, constatou-se que o diálogo entre Poder Público e comunidade itaituense não estabelecem relações entre si, atuam de forma fragmentada resultando no desencontro de informações interferindo na execução dos projetos que envolvem o turismo e a manutenção dos recursos naturais da localidade.

Em meio a esses atores sociais tem-se a iniciativa da ASPAFF Chapada Norte, que demonstram preocupar-se com a situação do Distrito. Segundo os representantes da Associação, projetos através de recursos captados pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, estão sendo implantados em Itaitu na Casa de Arte e Cultura, espaço cedido pela prefeitura do município e inaugurado no dia 17 de fevereiro de 2012. O maior objetivo deste projeto é tornar o Distrito uma vila modelo.

É importante salientar que, o diálogo entre a ASPAFF e a comunidade de Itaitu não tem ocorrido de forma homogênea, muitos moradores não têm conhecimento sobre o trabalho da Associação, evidenciando que o projeto precisa ser mais bem discutido com os nativos a fim de proporcionar a participação de todos.

A regulamentação do turismo no Distrito de Itaitu prevê o desenvolvimento da atividade de maneira sustentável, visando à manutenção de seus recursos naturais e a redução de modificações que possam prejudicar a comunidade. A Lei nº. 6.513/77, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, permite a aplicação de penalidades caso haja descumprimento de alguma norma estabelecida pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), podendo resultar em multas, interdição de atividade, embargo da obra, além da responsabilidade em reparar os danos que tenham sido causados.

De acordo com a referida Lei, consideram-se áreas de interesse turístico as localidades que apresentam: Art. 1º Incisos I - os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; E, VI - as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e a prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer. Dessa forma, Itaitu se enquadra nas descrições da referida Lei como área de interesse turístico, podendo ser classificada como Áreas Especiais de Interesse Turístico, dos Locais de Interesse Turístico e dos bens culturais e naturais protegidos por legislação específica.

Para que uma área seja declarada como pertencente a uma dessas classificações mencionadas faz-se necessário, de acordo com os incisos II e III da Lei nº 6.513/77, Art. 7º Cap. I, o envio de solicitação de órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual, metropolitana ou municipal; ou por solicitação de qualquer interessado. Cabendo a EMBRATUR realizar estudos e pesquisas necessários para declaração da área de interesse turístico.

Itaitu é o grande clichê nas divulgações do turismo na Cidade de Jacobina, e o município está sendo favorecido com o turismo da forma como vem acontecendo. No entanto, a população do Distrito de Itaitu, especificamente, poderia estar sendo beneficiada de forma mais significativa, pois se o recurso natural utilizado é da localidade, nada mais justo que usufruam dos benefícios provenientes desse processo e participem ativamente de uma proposta de desenvolvimento.

O aumento do fluxo de turistas, inclusive internacionais, constatado pela comunidade, representou maiores lucros para o município, porém a realidade da população de Itaitu em si, não mudou muito, porque os benefícios não ficam diretamente e nem são aplicados no Distrito, e ainda que assim ocorresse, crescimento econômico não garante desenvolvimento humano, para que isso ocorra é preciso alterar a concentração de poder e riqueza na sociedade e favorecer a redução das desigualdades, essa redução é vista por Brose (2000, p.49) “não só como básica para a consolidação da democracia, mas é a principal estratégia para um desenvolvimento real e sustentado”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia se apresenta como ferramenta fundamental na reflexão sobre a atividade turística, pois, possibilita a realização de análises que visem o planejamento do espaço, considerando a dinâmica e interação entre o homem e a natureza.

As investigações realizadas nesta pesquisa revelam que o Distrito de Itaitu apresenta belas paisagens, sendo um excelente destino para os apreciadores do turismo, no entanto, devido à carência de informações sobre as potencialidades turísticas, essa prática ainda se encontra incipiente sendo necessário um estudo que possibilite o conhecimento mais aprofundado acerca de seus aspectos sociais, político-administrativo, culturais e econômicos.

É possível constatar a deficiência de interlocução entre os diversos atores sociais no que se refere ao planejamento e desenvolvimento do turismo na comunidade. Precisa-se

pensar em ações que minimizem esta deficiência e aumente a mobilização da população local e do poder público para o desenvolvimento de projetos que visem à criação de práticas de conservação e preservação ambiental, para prevenir a presença de efeitos negativos e possibilitar melhorias na qualidade de vida da população.

É preciso cobrar das autoridades do município que agilizem a criação e implementação da APA no Distrito de Itaitu. Esta é uma ação importante no processo de proteção dos recursos naturais da região, resultando em medidas eficazes como fiscalizar, restringir e proibir o desenvolvimento de atividades que possam causar grandes danos ao Meio Ambiente.

Além disso, faz-se necessário a implantação de melhorias na comunidade, como a criação de um ponto de apoio ao turista para passar informações aos visitantes e dar oportunidade à população em atuar como guias, proporcionar maior capacitação à população através de cursos, palestras, investimentos na área de segurança, saúde, formação de uma brigada de incêndio e valorização dos aspectos culturais da Região, por exemplo, através da realização de feiras de artesanato e gastronomia.

O turismo não vem favorecendo a comunidade como um todo, pois grande parte dos entrevistados considera que o turismo traz benefícios apenas para os poucos comerciantes. Desta forma, os desafios a serem enfrentados para legitimar um processo de desenvolvimento local através dos recursos naturais, são muitos. A população precisa de maiores estímulos e investimentos para transformar o turismo numa atividade representativa na economia local.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Projeto Trilhas das Cachoeiras**, 2004.

BARROS, Marcelo Oliveira; SILVA, Sibele Castro. **O desenvolvimento do turismo: Uma visão sistêmica**. 4º Congresso Brasileiro de Sistemas. Franca-SP: Uni-FACEF, 2008. Disponível em: <[http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/F/F\\_158.pdf](http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/F/F_158.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. **Documentação Referencial do Turismo no Brasil 2011/2014**. Brasília: MTur, 2011. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Documento\\_Referencial\\_Turismo\\_no\\_Brasil\\_2011-2014.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Documento_Referencial_Turismo_no_Brasil_2011-2014.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6513.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília: MTur, 2007. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 91 p. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/pub/emprego\\_desenvolvimento\\_299.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/emprego_desenvolvimento_299.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2011.

BROSE, Markus. Desenvolvimento local. In: **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000. p. 48–58.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável** - Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor; MENDONÇA JÚNIOR, Érico Pina; VASCONCELOS, Maria do Socorro Mendonça. **Turismo e desenvolvimento sócio-econômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia – Brasil**. Salvador: Omar G., 2000.

LEMOS, Amália Ines G. de. **Turismo: impactos socioambientais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. 3.ed. São Paulo: Futura. 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a preservação do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2001.

SAAD, Andréa Zamin. **Ações de fomento à cidadania e implicações no desenvolvimento local**. 2006. 222 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí - RS, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp009332.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Anuário Estatístico da Bahia**. 2009. Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=)>. Acesso em: 08 fev. 2011.

SIMÕES, José Manuel. **Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional**. Centro de Estudos Geográficos: Universidade de Lisboa. 12 p. Disponível em: <[http://apgeo.pt/files/section44/1235567095\\_INFORGEO\\_06\\_p071a082.pdf](http://apgeo.pt/files/section44/1235567095_INFORGEO_06_p071a082.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2012.

**Artigo recebido em: 29/08/2012**

**Artigo aprovado em: 18/02/2013**